

Japão mantém o interbancário

São Paulo — Apesar de os créditos brasileiros terem sido reclassificados, pois o último dia 30 foi a data-limite para que os bancos japoneses fechassem os seus balanços e, de acordo com a legislação do Japão, as instituições financeiras são obrigadas a contabilizar como prejuízo os juros não pagos pelo país nos últimos seis meses, o Banco de Tokyo decidiu manter as suas linhas de curto prazo (interbancário e comercial), anunciou ontem o presidente do Banco no Brasil, Toshiro Kobayashi.

O presidente do Mitsui Bank, Kei Suke Kasai, confirmou que a tendência da maioria dos bancos japoneses será de manter pelo menos temporariamente as linhas de curto prazo. Segundo ele, essa decisão é justificada pelo fato de o Governo brasileiro ter mantido o pagamento dos juros das linhas de curto prazo mesmo tendo decretado a moratória da dívida externa no início do ano.

O vice-presidente do Banco de Tokyo, Takanori Suzuki, disse que, apesar de haver certa expectativa entre os banqueiros de que o Governo do Japão adotasse alguma posição política, adiando temporariamente a obrigato-

riedade de as instituições de declarar como perda de rentabilidade os créditos do Brasil, essa hipótese acabou não ocorrendo.

— Nós tínhamos uma pequena esperança de que a situação fosse contornada, mas não ocorreu — disse Suzuki. — Infelizmente, apesar das nossas advertências para que o Governo brasileiro levantasse a moratória e reiniciasse o pagamento dos juros nada foi feito. Somente agora o ministro Bresser Pereira começa a falar sobre a possibilidade de efetuar pagamento simbólico dos juros mas é tarde para os bancos japoneses. Tanto o presidente do Banco de Tokyo como o do Mitsui consideram viável a manutenção das linhas de curto prazo temporariamente, como gesto de boa vontade com o Brasil. No entanto, o principal executivo do Mitsui Bank disse que, a partir da reclassificação dos créditos brasileiros, está totalmente descartada a possibilidade de os bancos do Japão concederem dinheiro novo.

— Na medida em que os créditos do Brasil forem rebaixados não há mais condições de os bancos japoneses fornecerem dinheiro novo — afirmou Suke Kasai. Mesmo que a direção do Mitsui desejasse conceder novos

empréstimos não seria possível na prática, pois qualquer acionista do banco poderá entrar com ação na Justiça impedindo a operação.

A mesma opinião manifestou o presidente do Banco de Tokyo, salientando que a direção da instituição financeira que agir dessa forma estará ameaçada de ser demitida devido a reação negativa que geraria junto aos acionistas. Kobayashi considera que o Governo brasileiro demorou tempo demais para iniciar as negociações com os bancos credores e que agora começará a sentir os reflexos da decisão de suspender o pagamento dos juros no início do ano.

— Até mesmo a linha de crédito de US\$ 30 bilhões que o governo do Japão pretende instituir para ajudar os países em desenvolvimento está seriamente ameaçada de não ser liberada ao Brasil — afirmou o presidente do Banco de Tokyo. — O japonês dá uma grande importância para a credibilidade e acredito que na medida em que os créditos do Brasil serão rebaixados dificilmente o governo japonês teria condições de conceder recursos ao Brasil, pois sofreria pressão muito forte por parte dos partidos de oposição no Congresso.